

Afinal justiça



Por Guillermo Alvarado

Às vésperas do 3º aniversário da tragédia do submarino da Armada Argentina “San Juan”, em que morreram seus 44 tripulantes, se anunciou que os mandos militares ligados à péssima gestão desse drama serão levados perante um Conselho de Guerra.

Estamos falando no almirante Marcelo Eduardo Srur, ex-chefe da Armada durante o governo de Maurício Macri, o contra-almirante Enrique López Mazzeo e outros seis oficiais acusados de terem cometido graves delitos antes, durante e depois do desastre.

Em 15 de novembro de 2017 ocorreu o último contato com o submarino e oito dias depois o governo informou de “evento anômalo, singular, curto, violento e não nuclear consistente numa explosão”, conforme registros sônicos obtidos.

Uma maneira presumida de dizer que o submarino explodiu, ou implodiu, e não havia chance de achar sobreviventes.

A dor e a dúvida dos familiares se prolongaram inutilmente até 16 de novembro de 2018, quando foram informados formalmente de que os restos do navio tinham sido achados e, de fato, não havia sobreviventes.

Esperaram inutilmente, porque o governo de Macri já sabia da tragédia 20 dias depois de ter sucedido a mesma, o próprio contra-almirante López Mazzeo admitiu isso.

Falta estabelecer por que o executivo ocultou a informação durante um ano, e inclusive contratou uma empresa para buscar o submarino quando sabia de antemão qual seria o resultado.

Sobram razões para que o ex-presidente Macri esteja sentado no banco dos réus e não no estrado das testemunhas, tanto no julgamento civil quanto no recém-convocado Conselho de Guerra. Afinal de contas, ele era o Comandante Geral das Forças Armadas argentinas.

Sabe-se, também, que o San Juan não estava em condições técnicas e materiais para realizar a missão incumbida, que consistia em patrulhar em Ushuaia, na Terra do Fogo, a dois mil quilômetros de distância em linha reta de sua base em Mar del Plata.

Houve, portanto, irresponsabilidade da linha de mando; esconderam informações que prolongaram o sofrimento de dezenas de famílias, mentiram ao país e à comunidade internacional. Agora, existe justo direito de conhecer a verdade toda e castigar os culpados, tanto pela via militar quanto civil.

A justiça não é vingança, é a única possibilidade de reparar os prejuízos causados ao tecido social e compensar as vítimas.

<https://www.radiohc.cu/pt/especiales/comentarios/239522-afinal-justica>



Radio Habana Cuba